

SUZANNE DE BRUNHOFF: A HORA DO MERCADO*

Gentil Corazza e Áurea Breitbach**

O presente texto constitui-se numa resenha comentada sobre o último livro de Suzanne de Brunhoff, publicado na França com o título **L'heure du Marché: Critique du Libéralisme** (1986)¹. A importância desse trabalho reside justamente na oportunidade do tema abordado: a retomada das idéias liberais, o significado desse retorno e a sua crítica.

A autora é professora da Universidade de Nanterre e pesquisadora do Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS), dedicando-se particularmente a estudos na área de moeda, capital financeiro e política monetária, como se pode observar pelos títulos de seus livros publicados na França: **Capitalisme Financier Public** (1965); **La Monnaie chez Marx** (1967); **L'offre de Monnaie: Critique d'un Concept** (1971); **La Politique Monétaire: un Essai D'interpretation Marxiste** (1973), em colaboração com P. Bruini; **État et Capital** (1976); **Les Rapports D'argent** (1979).²

Suzanne de Brunhoff adota os conceitos e os princípios metodológicos da tradição marxista, dando continuidade, de certa forma, ao pensamento de Hilferding. Seu enfoque fundamental reside em abordar a questão da moeda a partir do movimento da acumulação de capital. Isso implica dizer que a moeda não é concebida como um elemento externo à economia, mesmo que possa, por vezes, ser a ela adaptado de modo simples. Mas, ao contrário, o comportamento do capital financeiro

*As citações da obra original foram traduzidas pelos autores.

** Economistas da FEE.

¹ BRUNHOFF, Suzanne (1986). **L'heure du marché: critique du libéralisme**. Paris, Presses Universitaires de France. 154p.

² A segunda, a quarta e a quinta obras encontram-se no Brasil, respectivamente, sob os seguintes títulos:

BRUNHOFF, Suzanne (1978). **A moeda em Marx**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

— (1978). **A política monetária: um ensaio de interpretação marxista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

— (1985). **Estado e Capital: uma análise da política econômica**. São Paulo, Forense-Universitária.

como um todo está originalmente imbricado ao chamado capital produtivo, sendo nada mais do que uma forma de manifestação do capital como relação social.

A peculiaridade da autora, dentre os pensadores atuais de formação marxista, reside no fato de que ela sabe ser contemporânea, ou seja, procura analisar a realidade do capitalismo de hoje à luz das idéias de Marx sem, entretanto, abandonar a ousadia da criatividade. A par disso, não se percebe em Brunhoff o temor de assimilar contribuições de autores tão diversos como Keynes e Kalecki por exemplo.

Essas características, sem dúvida admiráveis, fizeram com que nosso interesse se voltasse para a leitura de seu último livro, o qual tem como tema central, como já foi referido anteriormente, a crítica às idéias liberais ora em ascenso novamente.

No primeiro capítulo, Suzanne de Brunhoff discute a idéia da regulação econômica pelo livre-mercado que, a partir do final dos anos 70, substituiu as idéias keynesianas. Para a autora, o argumento liberal de que o funcionamento do mercado é uma garantia contra as crises não tem fundamento na realidade.

No segundo capítulo, trata da crise do Estado-Providência a partir da crítica que lhe é dirigida pelos novos liberais. A autora mostra que os liberais acusam o Estado de manter excessivos gastos sociais, o que, além de proteger demasiadamente a classe trabalhadora, leva a que o Estado deixe de prover as adequadas condições de reprodução do capital.

No terceiro capítulo, Brunhoff faz uma crítica à concepção de moeda dos liberais que a consideram apenas como meio de circulação das mercadorias, como um elemento acessório às forças do mercado. Em contrapartida, a autora apresenta a sua concepção de moeda como uma mercadoria especial, que é parte integrante e essencial do modo de produção capitalista.

No quarto capítulo, encontra-se uma discussão sobre a natureza do capital financeiro, o papel do crédito e sua relação com a taxa de juros, onde a autora mostra a importância do capital-dinheiro, que abre e fecha o circuito da produção capitalista.

O quinto e último capítulo é dedicado ao exame da política econômica proposta pelos novos liberais, na qual o Estado deve agir de forma exterior ao mercado. Trata-se de uma política restritiva para gerir a crise e retomar o crescimento das taxas de lucro.

Como se pode depreender dessa rápida síntese dos conteúdos de cada capítulo do livro de Brunhoff, o tema principal é discutido com ênfase em dois aspectos. O primeiro leva em conta a situação atual do capitalismo a nível internacional, analisando a realidade histórica com o objetivo de apontar o contexto em que se dá a retomada do ideário liberal. Esse ponto encontra-se discutido principalmente nos Capítulos I, II e V. O segundo aspecto enfatiza o debate teórico, onde a autora discute os conteúdos da tradição ortodoxa da regulação pelo mercado, demonstrando ser ela incapaz de apreender as leis de movimento do capitalismo. Trata-se de uma abordagem a nível de teoria econômica, que é levada a efeito basicamente nos Capítulos III e IV. Essa divisão de ênfases em relação ao tema principal do livro não implica, entretanto, concebê-lo partido em dois, mas foi utilizada unicamente com o intuito de agilizar o ritmo da exposição. A seguir, trataremos de comentar os pon-

tos principais que se podem identificar no decorrer do livro. Começaremos com os aspectos de ordem histórica.

A retomada do ideário liberal, que se dá a partir do final da década de 70, origina-se da crise em que se encontraram os países capitalistas da Europa e Estados Unidos, e que, é claro, trouxe reflexos para os demais. Para os novos liberais, como para os antigos, a crise econômica tem sua causa num excesso de intervenção governamental, que se efetivou durante um longo período de domínio das idéias keynesianas. As novas correntes liberais tentam ressuscitar velhas idéias que defendem um mercado livre de quaisquer entraves por parte do Estado ou dos sindicatos como mecanismo regulador da economia e gerador do bem-estar social. A solução proposta é simples: menos Estado e mais mercado.

No entanto um mercado puro nunca existiu, nem tem qualquer possibilidade de existir. A concepção de mercado que se pode ter a partir de uma análise do funcionamento da economia capitalista é muito diferente da idéia que a corrente da regulação pelo mercado propõe. Nas palavras de Brunhoff, “(. . .) o papel econômico real dos mercados, como lugar de circulação do capital, é confundido com a sua característica de regulador da atividade econômica” (p.143). Ora, nesse contexto, os argumentos de Keynes contra o dogma do *laissez-faire* dos anos 30 são extremamente atuais: o *laissez-faire*, no período em que mais esteve em voga, não se sustentou por si mesmo, mas devido à situação histórica específica, qual seja, a dominação financeira da Inglaterra que dava suporte ao regime monetário do padrão-ouro, aliada à ausência de uma organização sindical poderosa para garantir o nível do salário real. A rigor, não se pode falar de liberalismo puro nem mesmo nesse período.

No período que se segue à Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 60 — chamado período keynesiano —, a intervenção do Estado revestiu-se de um caráter de legitimidade, pois suas políticas contribuíram para sustentar o crescimento das economias capitalistas e garantir algumas conquistas sociais dos trabalhadores. Sem dúvida, esse período representou uma mudança ideológica considerável em relação à atividade econômica estatal. O Estado deixou de ser um parasita, que entravava a iniciativa individual e a liberdade do mercado, para se transformar num agente econômico particular, cujas atividades permeiam toda a economia.

A crise econômica atual, que afeta profundamente as economias capitalistas, parece questionar a legitimidade das políticas keynesianas, uma vez que as novas correntes liberais identificam a crise do “Welfare State” como a causa da crise econômica. Ora, atribuir toda a responsabilidade da crise ao Estado, este como elemento externo à economia, é mais uma demonstração da impossibilidade das teorias liberais de pensar a crise como algo inerente ao sistema capitalista. Efetivamente, há estudos de longo prazo que comprovam uma queda da lucratividade do capital na economia norte-americana desde meados da década de 60. Deve-se mencionar, ao mesmo tempo, que essa queda de rentabilidade não foi provocada pela alta dos salários nos Estados Unidos, pois, no mesmo período, eles também caíram. No entanto, mesmo não sendo responsável pela crise, a redução dos salários é apontada como uma solução para a mesma.

Brunhoff demonstra que a concepção do livre mercado não pode entender teo-

ricamente a crise porque é incapaz de compreender a natureza de duas mercadorias especiais da economia capitalista: a força de trabalho e a moeda. Em suas palavras:

“(...) a idéia de uma ordem econômica que repousa sobre a auto-regulação dos mercados impede que se pense a crise como um aspecto do funcionamento da economia. Pois a economia [para os liberais] é apenas mercado” (p.46).

As novas correntes liberais dirigem sua crítica a dois pontos fundamentais que são o corporativismo das organizações sindicais e o chamado Estado-Providência. Tal crítica pretende atingir e questionar direitos sociais adquiridos através de lutas históricas das classes trabalhadoras organizadas em sindicatos: serviços de saúde, pensões, seguro-desemprego, despesas com educação, etc. O que são questionados, no fundo, são o próprio Estado-Providência e o direito de os trabalhadores se organizarem com o objetivo de defender seus interesses, sob o argumento de que tanto o Estado como o corporativismo sindical criam e mantêm “rendas de situação”, “falsos direitos” que, além de não beneficiarem todos os trabalhadores, impedem a eficiência econômica pelo livre funcionamento do mercado.

O Estado-Providência — que hoje é questionado internamente por causa da deterioração dos serviços que presta à população e externamente em relação à sua legitimidade e eficiência — foi forjado no final do século XIX como resposta às reivindicações socialistas do movimento operário que denunciavam as péssimas condições de vida dos trabalhadores. A origem do Estado-Providência é, pois, historicamente anterior às idéias intervencionistas de Keynes.³ Entretanto é inegável que essas medidas sociais encontraram legitimação, a nível de teoria econômica, a partir das posições de Keynes em favor das despesas públicas.

O Estado-Providência sofre o peso da crise econômica dos anos 70. Para a ortodoxia liberal, a crise financeira do Estado-Providência não é consequência, mas causa da crise econômica. O déficit estatal é, em si mesmo, fonte de desequilíbrio e, como tal, causa dos distúrbios econômicos.

No entanto, ao contrário do que diz o diagnóstico conservador, o déficit do Estado-Providência é consequência da crise econômica por um motivo muito simples: com a crise, ao mesmo tempo em que aumentam o desemprego e a necessidade de assistência, diminuem as contribuições sociais. Ou seja, o sistema de proteção social se enfraquece justamente no momento em que se torna mais necessário. A ortodoxia conservadora, no entanto, atribui a crise a um acréscimo de gastos do Estado, o que implica um excesso de moeda, causa da inflação. Por isso, ela não tolera déficits e prega a redução das despesas públicas a um mínimo.

As críticas que as novas correntes liberais fazem às organizações sindicais por

³ O reformismo conservador caminhou à frente das reivindicações operárias com o sentido de abafar o aspecto contestatório destas. Teria sido Bismark, nos anos de 1880, o primeiro a colocar as políticas sociais como um objetivo do Estado, ao mesmo tempo em que intensificava a repressão ao Partido Social Democrata Alemão.

defenderem suas conquistas sociais, sob o argumento de práticas de corporativismo, visam, na realidade, atingir toda a organização dos trabalhadores em si mesma e não apenas algumas de suas atividades. Esses críticos, ao questionarem as desigualdades no interior das classes trabalhadoras, certamente não são movidos por uma preocupação de igualdade social, mas, sim, pelo objetivo de recuperar a rentabilidade do capital a custo de uma redução ainda maior do nível de vida de amplas camadas da população. Essa pretensa homogeneidade da pobreza dos trabalhadores não tem fundamento na realidade do funcionamento da economia capitalista. A concentração do capital leva a uma diferenciação do mercado de trabalho. O desemprego é, certamente, um fenômeno desigualitário. O corporativismo explica-se como uma das formas assumidas pela concorrência entre os trabalhadores em período de crise, na impossibilidade de uma solução coletiva de classe perante a mesma.

A denúncia conservadora dirigida ao Estado-Providência e aos sindicatos tem o intuito real de provocar o fim da proteção social por ambos exercida. Para os novos liberais, interessa que haja trabalhadores desprotegidos, livres para se oferecerem no mercado em situação de igualdade com as demais mercadorias. Na verdade, a ideologia sedutora de uma liberalização individual e social da tutela estatal encobre uma forma de opressão muito mais brutal: a de um mercado “livre”, onde trabalhadores e capitalistas se defrontam em situações inequivocamente desiguais.

Nesse contexto geral, resta aos novos liberais proporem uma política econômica nitidamente restritiva e radicalmente oposta à política keynesiana, uma vez que, para eles, a gestão da crise e a retomada do crescimento da lucratividade dos empreendimentos privados não passam pela questão da manutenção do emprego e dos níveis de salário.

No entanto é interessante observar que, tanto pelos novos liberais como pelos keynesianos, a intervenção do Estado é vista como a atividade de um sujeito político externo à economia de mercado, o que pode ser nefasto ou benéfico. Porém a natureza do Estado provém de uma mesma lógica, a qual torna ininteligíveis as formas políticas que assumem a concorrência no mercado mundial, os afrontamentos e compromissos entre Estados, etc.

Assim, sob o ponto de vista da acumulação de capital como o móvel da economia capitalista, salienta a autora que o Estado pode ser concebido como um agente inserido, de forma peculiar, nesse processo, e não alheio a ele, o que, sem dúvida, contribui com maior substância para a análise.

O livro de Brunhoff comporta, também, toda uma crítica a nível de teoria econômica, onde a autora contrapõe seus argumentos àqueles da economia de mercado. Em sua opinião, é necessário compreender o funcionamento do capital financeiro, da moeda e do crédito para se chegar a uma noção mais exata do funcionamento do capitalismo, coisa que o ideário do livre-mercado não faz por limitações teóricas inerentes a seu atrelamento político-ideológico às classes hegemônicas. Para Brunhoff, é importante a inserção de novas categorias de análise para demonstrar que a crise — que é atribuída pelos novos liberais a um desequilíbrio provocado pela atuação do Estado — é fruto de contradições inerentes ao movimento de reprodução do capital em seu conjunto.

Assim, a autora prossegue analisando o papel do crédito e a natureza do capital financeiro, partindo da crítica à noção ortodoxa, resgatando as contribuições de Marx e Hilferding e discutindo as relações do crédito com a taxa de juros.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que Brunhoff considera a moeda como um elemento **inscrito no** funcionamento do modo de produção capitalista e não adicionado de fora. Dessa forma, crédito — que é considerado como empréstimo destinado ao financiamento da produção capitalista — supõe a existência da moeda como padrão de preços e meio de pagamento. Entretanto o crédito não se origina da moeda, mas, sim, de “(...) uma relação econômica particular que é imbricada na circulação do capital e afeta as modalidades da acumulação” (p.125).

O exame dos princípios da concepção ortodoxa aponta o fato de que, estabelecendo uma cisão conceitual entre o “capital real” e o “capital financeiro”, os autores enquadrados nessa concepção enfatizam a importância do primeiro, concebendo o segundo como “capital fictício”. Consideram que existe uma taxa de juro “real” que se refere a um mercado de capital *in natura*, ou seja, a ativos físicos e títulos (mercado de capitais). Em contrapartida, a taxa de juros bancários é considerada como um preço fictício, pois é fixada fora de um verdadeiro mercado, vindo a representar um desequilíbrio em relação a este. “Isso implica que os agentes econômicos privados dispõem livremente de seus recursos, não sendo pressionados pelo sistema bancário, este se apresentando exterior à economia” (p.128).

Segundo a autora, essa concepção — que separa nitidamente a esfera produtiva da esfera financeira — não pode dar conta da tarefa de precisar a natureza do crédito como empréstimo de dinheiro, tendo sido já questionada por Keynes e Kalecki, os quais demonstraram como o investimento gera a poupança necessária a seu próprio financiamento. Assim, a taxa de juros não é o preço de equilíbrio da demanda e da oferta de capital, mas, em última instância, tem a função de contribuir para a preservação da propriedade privada do capital, cujas fronteiras são diluídas graças à circulação do crédito.

Para Brunhoff, a grande fraqueza lógica da análise ortodoxa deve-se ao fato de a mesma ser praticamente reduzida a uma concepção quantitativa. Nesse ponto, ela faz referência a uma crítica de Keynes a Marshall, segundo a qual o ponto fraco de Marshall seria ter utilizado o conceito de juros, que faz parte de uma economia monetária, dentro de um conjunto de idéias que não leva em conta a moeda.

Uma vez constatada a insuficiência da concepção ortodoxa, a autora passa a examinar a questão fazendo uso das categorias marxistas. Ressalta ela que

“(.) o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos, mesmo quando ele aparece sob uma forma material. Ele é fundamentalmente uma relação de produção entre capitalistas e assalariados (...). Esta relação social constitui a unidade da noção de capital, através das diversas formas da produção e da circulação” (p.129).

O “capital-dinheiro” deve ser relacionado à dinâmica da produção do lucro. Tanto o “capital real” como o “capital-dinheiro” se articulam no circuito do capital, sendo que o segundo abre e fecha o circuito. É o “capital-dinheiro” que permite a aquisição dos equipamentos e da mão-de-obra necessários para dar início ao processo.

A soma de dinheiro que dá início ao processo produtivo pode provir de um autofinanciamento do empresário, como também pode ser fruto de um empréstimo que o capitalista industrial faz junto ao capitalista financeiro. Neste último caso, uma parte do lucro do empresário é destinada ao capitalista financeiro, sob a forma de juros. Donde se conclui, portanto, que os juros e os lucros têm a mesma origem, que é a mais-valia ou trabalho excedente. Da mesma maneira, o capitalista industrial e o capitalista financeiro pertencem à classe de proprietários de meios de produção, embora essa origem comum não suprima a diferença de seus papéis. Tanto é assim que o nível da taxa de juros é resultado da relação de forças entre tomadores e emprestadores que se enfrentam num mercado particular de capital de crédito. A diferença entre os dois capitalistas acompanha a diferença **de forma** que assume o capital quando aparece como capital-dinheiro e como capital físico. Quanto à essência, tomemos as palavras de Brunhoff: "(...) assim como não há mercadoria sem moeda, não há capital produtivo sem capital-dinheiro, nem capital industrial sem capital financeiro" (p.131). O "capital fictício" aparece desconectado da valorização do capital, dando a idéia de um circulação financeira relativamente autônoma com respeito às mercadorias e ao processo de produção. Entretanto o "capital fictício" não é oposto ao "capital real", mas é em si mesmo uma realidade composta segundo a relação mais ou menos próxima que ele mantenha com o circuito produtivo. Assim, é preciso fazer distinção entre o "capital fictício" e a circulação financeira de títulos de propriedade que representam o capital e dão direito a uma parte da mais-valia. Os títulos de propriedade podem ter um valor fictício, na medida em que seus preços variam em decorrência de flutuações na bolsa e de alterações na conjuntura econômica, sem, entretanto, deixar de refletir os movimentos da acumulação capitalista.

É em decorrência disso que Marx define as funções do "capital financeiro" relacionado às operações de crédito. Identificam-se dois aspectos do mercado de ações que, embora complementares, podem apresentar oposição entre si: de um lado, há a função "necessária" que consiste na coleta e repartição de fundos para financiar os investimentos; e, de outro, tem-se a função "parasitária" que se refere ao fato de o capital comportar-se de maneira relativamente independente do financiamento dos investimentos produtivos. Essa segunda função reflete a liberdade de manobra do capital-dinheiro em relação a riscos julgados excessivos ou a ameaças de expropriação, traduzindo-se na especulação (que determina os preços dos ativos no mercado financeiro). Nas palavras de Brunhoff: "A única expropriação tolerada pelos detentores do dinheiro é a que resulta do próprio jogo do mercado financeiro, quando se produz uma absorção do capital pelo capital" (p.134).

É interessante a forma como a autora demonstra a fragilidade da concepção ortodoxa no que respeita ao funcionamento do mercado financeiro. Em períodos de crise econômica, aumenta a concentração financeira (sob a forma de fusões, absorções, etc.), o que é visto, pela ótica ortodoxa, como simples realocação do capital de acordo com as necessidades da economia. A par disso, constata-se que o funcionamento efetivo do mercado é dominado, permanentemente, por "investidores institucionais" e grandes grupos industriais. A concepção ortodoxa, entretanto,

quando considera os efeitos dessa dominação, o faz como se fossem uma simples imperfeição do mercado. Quanto à expropriação, pelo jogo do mercado financeiro, esta aparece como uma sanção econômica normal. . . A concepção ortodoxa, conclui Brunhoff,

“(. . .) é incapaz de apreender a relação entre o funcionamento do mercado e as estruturas do capital. Por outro lado, a noção marxista de capital financeiro permite efetuar a análise das relações entre o capital produtivo e o sistema de crédito, uma vez que ela leva em conta as particularidades do capital-dinheiro” (p.135).

A despeito das formas diversas de manifestação da taxa de juros — taxa do sistema bancário (controlada pelo Banco Central) e taxa de juros não bancária (mercado de títulos) —, ela deve ser compreendida como categoria única. Já vimos que, sob o ponto de vista da origem, ela é derivada do lucro capitalista; porém há que se reconhecer a diversidade de suas manifestações.

Entre as duas manifestações da taxa de juros, há uma relação de mercado. Quando a taxa bancária é elevada, os financistas são incitados a aumentar o preço do crédito. Pode-se então falar de taxa de juros como se houvesse um mercado financeiro único. Longe de ser auto-regulado, ele funciona de maneira tal que a centralização operada pelo sistema bancário atua em conjunto com as operações financeiras privadas, descentralizadas. Entretanto essa unificação é seguidamente confundida com a unidade sob a égide da taxa de juro monetária que seria imposta pela intervenção do Banco Central.

A distribuição entre o lucro da empresa e a taxa de juros baseia-se nas modalidades da distribuição do “capital-dinheiro” entre capitalistas emprestadores de fundos (financistas) e tomadores (industriais). Sem a unidade do “capital-dinheiro” e a diversidade da propriedade de fundos não é possível compreender a relação entre o lucro e o juro.

Com isso, a autora demonstra a fragilidade dos princípios teóricos do liberalismo ora em ascensão, uma vez que eles não contemplam aspectos essenciais do funcionamento do capitalismo, e, portanto, suas explicações da crise resultam inconsistentes, bem como enganadoras são suas soluções propostas.

O dogma do mercado livre, regulador da economia e promotor do bem-estar social, moribundo e desacreditado nas últimas décadas, renasce agora com nova força para investir contra a classe trabalhadora, contra suas organizações e seus direitos duramente conquistados ao longo de sua história. Investe, também, contra o Estado-Providência e suas políticas sociais, a pretexto de uma enganadora liberalização individual e social. Essa ideologia da liberdade não tem outro objetivo que garantir os interesses do capital financeiro internacional. As políticas de austeridade conduzidas pelos governos conservadores, como os de Reagan e Thatcher dentre outros, exigem em contrapartida um custo social sumamente elevado para serem aceitas em silêncio.

Nesse sentido, **A Hora do Mercado**, de Suzanne de Brunhoff, chega no momento certo, com a lucidez de sua análise histórica e o peso de seus argumentos ló-

gicos para o esclarecimento das insuficiências teóricas e o desvelamento das falácias do novo e do velho liberalismo.

Resta a expectativa de que esse novo livro da autora, já bem conhecida no Brasil, tenha sua tradução levada a cabo, de modo a viabilizar o acesso a seu conteúdo dentro do mais breve período de tempo possível.